

CONCURSO PÚBLICO Nº 057/2026
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP

PROVA ESCRITA OBJETIVA

**PROFISSIONAL DE APOIO UNIVERSITÁRIO –
PERFIL PROFESSOR EM EDUCAÇÃO ESPECIAL**

ABRA APENAS QUANDO AUTORIZADO.

PARA PREENCHER O CARTÃO-RESPOSTA USE CANETA ESFEROGRÁFICA DE COR PRETA.

Leia com atenção as seguintes instruções:

1. Este caderno de questões contém **50 questões** de múltipla escolha, constituídas de 5 alternativas de resposta, das quais somente uma deve ser assinalada no cartão-resposta. Este caderno é composto por: 10 questões de Língua Portuguesa e 40 questões de Conhecimentos Específicos.
Quando autorizado, folheie o caderno de questões e, caso haja algum problema, informe ao fiscal de sala.
2. Confira as informações no cartão-resposta, especialmente os seus dados pessoais e o cargo público/perfil para o qual está concorrendo. O cartão-resposta deve ser assinado e não deve ser dobrado, amassado ou rasurado.
3. Ao transferir as respostas para o cartão-resposta, marque com caneta de tinta de cor preta a letra correspondente à alternativa escolhida. A troca do cartão não será permitida em caso de marcação incorreta.
4. Durante a prova, não é permitido o uso de dispositivos eletrônicos de qualquer tipo, nem de celulares e materiais de consulta.
5. A saída definitiva da sala de prova só será permitida após decorridas **2 horas** do início da prova (conforme o horário registrado na sala) e após a entrega obrigatória ao fiscal de sala:
 - do seu cartão-resposta personalizado;
 - do seu caderno de questões, completo.
6. Encerrada sua prova, o candidato deverá devolver seu caderno de questões completo ao fiscal de sala de provas e deverá deixá-la levando consigo somente o material fornecido pela FUNCCAMP para conferência da prova escrita objetiva realizada (rascunho de gabarito) e seus pertences pessoais.
7. Os três últimos candidatos da sala de provas devem nela permanecer até que o último deles entregue sua prova, assinando o termo respectivo e saindo juntos da sala.
8. As informações/instruções dadas no dia da prova complementam o edital.
9. Um exemplar do caderno de questões da prova escrita objetiva estará disponível no site FUNCCAMP (www.concursosfuncamp.com.br) e na Área do Candidato, o link “Anexos”, a partir das 16 horas do primeiro dia útil após a realização da prova.

**DURAÇÃO TOTAL DA PROVA, INCLUINDO
TRANSCRIÇÃO DAS INDICAÇÕES DE
GABARITO PARA O CARTÃO-RESPOSTA:
QUATRO HORAS**

Escreva seu nome completo de forma legível.

NOME: _____

ESPAÇO PARA RASCUNHO

LÍNGUA PORTUGUESA

INSTRUÇÃO: Leia o texto a seguir para responder às questões de 01 a 10.

A língua “secreta” dos mineiros da cidade de

Carlos Drummond

Criada no início do século 20 pelos trabalhadores das minas de ferro de Itabira, a Guinlagem do Camaco continua viva. O futuro, no entanto, é incerto com fim próximo da exploração do minério na região.

Uma cidade, um poeta. O nome de Itabira é quase indissociável de Carlos Drummond de Andrade. O escritor, nascido em 1902, na cidade de 113 mil habitantes na Região Central de Minas Gerais, revolucionou a língua portuguesa ao virar de cabeça para baixo os formalismos da poesia vigente até então. Mas o que pouca gente sabe é que naquele mesmo local surgiu uma outra revolução linguística: a Guinlagem do Camaco.

O surgimento dessa linguagem ‘secreta’ está diretamente ligado ao contexto da exploração do minério na região.

Foi dentro das minas itabiranas, no começo do século 20, que os trabalhadores encontraram uma forma de se comunicar sem serem entendidos pelos patrões, em grande parte ingleses. Era também uma maneira de dar um troco nos donos das minas, que falavam no idioma materno quando não queriam ser compreendidos pelos empregados.

À primeira vista, as regras são simples. O princípio do Camaco é inverter os fonemas das sílabas das palavras, embaralhando os sons e tornando as frases praticamente incompreensíveis para quem está de fora. “Sovê lafa guinlagem”, por exemplo, é “Você fala linguagem?”. “Guinlagem do Camaco” é “Linguagem do Macaco”. Assim, famosa introdução do poema *E agora, José*, de Drummond, viraria “E aroga, Sujé?”.

Mas nem tudo é lógica. Algumas palavras mais curtas se transformam em vocábulos que fogem a essa regra. “Não” vira “ônis”. “Qualquer”, “ualquiquelque”.

Essa é a magia da linguagem para o músico Rafael Formiga, um falante do Camaco. “As palavras criam um sentido dentro de um fonema pela inversão. E nos lugares onde você vai falar, mesmo com alguma diferença, todo mundo se entende. Tem uns detalhes muito ricos de linguagem e ao mesmo tempo quem vê de fora não entende e fica meio perdido, porque é normal que a gente procure regra”, diz ele.

“Isso demonstra uma capacidade de construção e de resistência incrível”, explica o historiador e museólogo Paulo Assuero, também falante do Camaco. “Eram recém-libertos, em grande parte analfabetos. E tinham que dar soluções de como dizer as coisas que eles queriam sem que os ingleses entendessem. Virou uma provocação, expandiu”, complementa o professor, também residente em Itabira.

Das minas de ferro, o Camaco tomou as ruas. Virou a língua que os filhos falavam para conversar entre si, sem que os pais entendessem – ou a que os jovens usavam para fazer piada com forasteiros.

[...]

A linguagem da resistência

Nas casa de Mauro de Alvarenga, o Camaco já é uma tradição. “Meus pais falavam quando não queriam ser entendidos por mim e pelos meus irmãos – até que nós aprendemos. Mas eles tinham aprendido com meu avô, que era ferreiro e fazia peças para as locomotivas de mineração. Ele trouxe o Camaco para dentro de casa e foi passando de geração para geração”, conta.

Nas mãos do cineasta Breno Alvarenga, filho de Mauro, a história da linguagem secreta da cidade de Drummond acabou virando tema do documentário *Camaco* (2022), premiado no Festival de Gramado nas categorias “Melhor Curta Júri da Crítica” e “Melhor Montagem”. O filme reconstrói o caráter de resistência da linguagem entre os trabalhadores da mineração.

“O Camaco nasce de um contexto muito politizado, de muita resistência. Funcionava também como forma de organizar greves, pedir aumentos, sem que fossem boicotados desde o começo”, explica Breno.

“Foi uma subcultura de sujeitos mais subalternizados, marginalizados e que por isso demorou muito a ser valorizado, porque a elite não via uma riqueza naquilo.

Os pobres se comunicavam, mas os poderosos não entendiam. Isso é muito raro, porque geralmente a linguagem aparta as pessoas e são geralmente os mais ricos que conseguem acessar novas linguagens, não os mais pobres. Ela começa dessa inversão”, ressalta o diretor de cinema itabirano.

De acordo com o linguista e pesquisador Geuderson Marchiori, que pesquisou o tema na sua dissertação de mestrado pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), o Camaco pode ser considerado uma linguagem secreta ou até mesmo um jargão técnico.

No entanto, segundo ele, que rastreou falantes até a década de 1920, há uma função similar à de um quilombo. “A linguagem possibilita a convergência dessas populações minorizadas, que utilizam o Camaco como um território de luta e resistência. Embora o senso comum aponte o quilombo como um local de negros escravizados em fuga, o quilombo é um local de reorganização, de segurança, onde essas populações puderam se libertar da exploração e se reorganizar para resistir”, complementa. [...]

CORRÊA, Fábio. A língua “secreta” dos mineiros da cidade de Carlos Drummond. **DW Brasil**. 2 jun. 2026. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/a-l%C3%ADngua-secreta-dos-mineiros-da-cidade-de-carlos-drummond/a-77344661>. Acesso em: 11 jun. 2026. [Fragmento]

QUESTÃO 1

O texto tem como principal objetivo:

- A) Divulgar filmes e pesquisas acadêmicas que analisam a Guinlagem do Camaco.
- B) Condenar o isolamento linguístico que os operários impuseram aos donos das minas de ferro.
- C) Criticar a falta de comunicação entre patrões e trabalhadores da mineração na cidade de Itabira.
- D) Apontar a relação entre Carlos Drummond de Andrade e a Linguagem do Macaco, criada pelo poeta.
- E) Informar a existência de uma forma de comunicação utilizada por trabalhadores das minas de Itabira.

QUESTÃO 2

Considerando o contexto histórico e social da Guinlagem do Camaco, assinale a alternativa correta.

- A) O Camaco surgiu em um contexto de efervescência literária na cidade mineira, sendo uma variante da língua portuguesa criada por Carlos Drummond para ser utilizada em suas obras de resistência.
- B) A Linguagem do Macaco é uma língua com estrutura e gramática complexas que existiu em Minas Gerais no início do século XX, no contexto da exploração do minério.
- C) O Camaco foi criado no contexto de mineração em Itabira, como uma forma de os trabalhadores se comunicarem sem serem entendidos pelos patrões e donos das minas.
- D) A Guinlagem do Camaco é considerada uma revolução linguística por se tratar de um idioma falado por todos em uma região onde conviviam pessoas de várias nacionalidades.
- E) A linguagem secreta foi utilizada em um determinado contexto e, por não mais possuir caráter de resistência, não existem mais falantes do Camaco nos tempos atuais.

QUESTÃO 3

São objetivos dos trabalhos do cineasta e dos pesquisadores do Camaco citados no texto, exceto:

- A) Preservar a memória dos mineradores ao registrar uma tradição oral que corre o risco de desaparecer.
- B) Propor a padronização da Guinlagem do Camaco para sua inclusão como disciplina no currículo escolar da cidade de Itabira.
- C) Demonstrar que o Camaco não é apenas uma brincadeira, mas um território de luta comparável à função de um quilombo.
- D) Valorizar a resistência cultural, ao mostrar como uma população marginalizada utilizou a criatividade linguística como ferramenta de poder contra a exploração.
- E) Revelar que Itabira, mundialmente conhecida por Drummond, possui revoluções linguísticas que nasceram das classes populares e não apenas da elite intelectual.

QUESTÃO 4

Leia o seguinte trecho do texto:

"[...] os trabalhadores encontraram uma forma de se comunicar sem serem entendidos pelos patrões."

De acordo com o texto, a Guinlagem do Camaco é caracterizada como uma variação linguística

- A) culta, pois segue os formalismos gramaticais da Língua Portuguesa.
- B) social, por ter sido usada como estratégia de resistência dos trabalhadores.
- C) literária, por ter sido criada por Drummond para revolucionar a poesia.
- D) geográfica, pois era a forma de comunicação oficial usada pelos itabiranos.
- E) temporal, por representar o estágio inicial da Língua Portuguesa no Brasil colonial.

QUESTÃO 5

Com relação ao uso predominante de linguagem denotativa e conotativa, assinale a alternativa correta.

- A) Em "Era também uma maneira de dar um troco nos donos das minas, que falavam no idioma materno quando não queriam ser compreendidos pelos empregados.", não há uso de linguagem figurada.
- B) No trecho "Eram recém-libertos, em grande parte analfabetos. E tinham que dar soluções de como dizer as coisas que eles queriam sem que os ingleses entendessem.", a linguagem é predominantemente conotativa.
- C) No excerto "'Tem uns detalhes muito ricos de linguagem e ao mesmo tempo quem vê de fora não entende e fica meio perdido, porque é normal que a gente procure regra', diz ele.", predomina o uso de linguagem denotativa.
- D) No período "O princípio do Camaco é inverter os fonemas das sílabas das palavras, embaralhando os sons e tornando as frases praticamente incompreensíveis para quem está de fora", predomina o uso da linguagem conotativa.
- E) Em "O escritor, nascido em 1902, na cidade de 113 mil habitantes na Região Central de Minas Gerais, revolucionou a língua portuguesa ao virar de cabeça para baixo os formalismos da poesia vigente até então.", o sentido da expressão "virar de cabeça para baixo" é literal.

QUESTÃO 6

Assinale a alternativa em que a relação semântica estabelecida pelo elemento coesivo está correta.

- A) "Embora o senso comum aponte o quilombo como um local de negros escravizados em fuga, o quilombo é um local de reorganização, de segurança, onde essas populações puderam se libertar da exploração e se reorganizar para resistir", complementa." (conclusão)
- B) "Foi uma subcultura de sujeitos mais subalternizados, marginalizados e que por isso demorou muito a ser valorizado, porque a elite não via uma riqueza naquilo." (comparação)
- C) "A linguagem possibilita a convergência dessas populações minorizadas, que utilizam o Camaco como um território de luta e resistência." (causa)
- D) "Era também uma maneira de dar um troco nos donos das minas, que falavam no idioma materno quando não queriam ser compreendidos pelos empregados. (tempo)
- E) "O futuro, no entanto, é incerto com fim próximo da exploração do minério na região." (adição de ideias)

QUESTÃO 7

Analise as afirmativas a seguir.

- I. No excerto “O Camaco nasce de um contexto muito politizado, de muita resistência. Funcionava também como forma de organizar greves, pedir aumentos, sem que fossem boicotados desde o começo”, explica Breno”, o termo “boicotados” pode ser substituído por “sabotados” sem perda de sentido.
- II. Em “Das minas de ferro, o Camaco tomou as ruas. Virou a língua que os filhos falavam para conversar entre si, sem que os pais entendessem – ou a que os jovens usavam para fazer piada com forasteiros.”, o termo “forasteiros” pode ser substituído por “nativos” sem alteração de sentido.
- III. No trecho “O escritor, nascido em 1902, na cidade de 113 mil habitantes na Região Central de Minas Gerais, revolucionou a língua portuguesa ao virar de cabeça para baixo os formalismos da poesia vigente até então.”, o vocábulo “formalismos” é sinônimo de “academicismos”.
- IV. Em “A linguagem possibilita a convergência dessas populações minorizadas, que utilizam o Camaco como um território de luta e resistência.”, o termo “minorizadas” pode ser considerado antônimo de “predominantes”.
- V. No período “O nome de Itabira é quase indissociável de Carlos Drummond de Andrade.”, a expressão “indissociável de” pode ser substituída por “intrínseco a”.

Estão corretas as afirmativas

- A) I e III, apenas.
- B) II e III, apenas.
- C) I, II e IV, apenas.
- D) III, IV e V, apenas.
- E) I, II, III, IV e V.

QUESTÃO 8

Releia o seguinte trecho do texto.

“O escritor, nascido em 1902, na cidade de 113 mil habitantes na Região Central de Minas Gerais, revolucionou a língua portuguesa...”

Considerando a sintaxe e o uso da pontuação, assinale a alternativa correta.

- A) A oração entre vírgulas é classificada como adjetiva restritiva.
- B) A retirada das vírgulas no trecho não alteraria o sentido da frase.
- C) A oração em destaque é uma oração subordinada adjetiva explicativa reduzida.
- D) O trecho destacado funciona como uma oração subordinada adverbial temporal.
- E) A retirada das vírgulas no trecho em destaque o transformaria em uma oração causal.

QUESTÃO 9

Leia os trechos a seguir.

- I. “... os donos das minas, que falavam no idioma materno quando não queriam ser compreendidos ...”
- II. “... o que pouca gente sabe é que naquele mesmo local surgiu uma outra revolução ...”

Com relação à classificação gramatical e a função sintática do termo “que” em destaque, assinale a alternativa correta.

- A) Nos trechos I e II, a palavra “que” pode ser substituída por “os quais” / “o qual” sem alteração de sentido.
- B) Em ambos os trechos, a palavra “que” introduz orações subordinadas adjetivas, sendo a primeira explicativa e a segunda restritiva.
- C) Nos dois trechos a palavra “que” é uma conjunção integrante, introduzindo orações que completam o sentido de um termo anterior.
- D) No trecho II, o termo “que” tem função de sujeito da oração; já no trecho I, ele funciona apenas como um conectivo sem função sintática.
- E) No trecho I, “que” é um pronome relativo que retoma um termo anterior; e no trecho II, “que” é uma conjunção integrante que introduz uma oração subordinada substantiva.

QUESTÃO 10

Leia o seguinte excerto do texto.

“O surgimento dessa linguagem ‘secreta’ está diretamente ligado ao contexto da exploração do minério na região. Foi dentro das minas itabiranas, no começo do século 20, que os trabalhadores encontraram uma forma de se comunicar sem serem entendidos pelos patrões, em grande parte ingleses.”

Nesse excerto, a vírgula utilizada antes do trecho “em grande parte ingleses” tem como função:

- A) Marcar um adjunto adverbial de lugar deslocado para o final da frase.
- B) Delimitar a elipse de um verbo para evitar a repetição do termo “trabalhadores”.
- C) Isolar uma expressão explicativa que caracteriza quem eram os patrões mencionados.
- D) Interromper o pensamento do autor para introduzir sua opinião sobre os patrões.
- E) Separar uma oração subordinada adjetiva restritiva que explica o tipo de mineração.

QUESTÃO 11

Uma Universidade concedeu posse a um novo professor de Educação Especial para atuar no Núcleo de Acessibilidade e Inclusão. Em sua primeira semana de trabalho, o professor é convocado para uma reunião com a Pró-Reitoria de Graduação para discutir o caso de um estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA) matriculado no curso de Engenharia Civil. O estudante, que está no 7º período, apresenta excelente desempenho acadêmico nas disciplinas de cálculo e física, mas enfrenta significativas dificuldades de interação social e comunicação com colegas em trabalhos em grupo. O coordenador do curso sugere que o estudante passasse a realizar as atividades acadêmicas em espaço separado dos demais estudantes, deixando de frequentar regularmente as atividades coletivas do curso argumentando que isso facilitaria seu aprendizado sem a pressão da convivência com os demais alunos. O professor de Educação Especial, fundamentado na LDB (Lei nº 9.394/1996, art. 58 a 60) e na LBI (Lei nº 13.146/2015), deverá se posicionar tecnicamente sobre essa sugestão.

Com base na legislação citada e nas políticas de educação especial na perspectiva inclusiva, assinale qual deve ser o posicionamento técnico do professor.

- A) Concordar com a sugestão do coordenador, pois o §2º do art. 58 da LDB determina que o atendimento educacional deve ser feito em classes, escolas ou serviços especializados sempre que o aluno apresentar transtornos globais do desenvolvimento, como é o caso do TEA, garantindo assim um ambiente mais protegido e adequado.
- B) Sugerir que o estudante permaneça na classe comum, mas recomendar que os trabalhos em grupo sejam substituídos por avaliações individuais, pois o inciso I do art. 59 da LDB garante a adaptação curricular completa para todos os estudantes com deficiência, independentemente de suas potencialidades.
- C) Posicionar-se contrário à segregação do estudante, fundamentando-se nas legislações citadas, que estabelecem a educação especial como modalidade oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, e que determina a ampliação do atendimento na rede pública regular como alternativa preferencial, cabendo à universidade promover os apoios necessários para sua permanência e participação.
- D) Acatar a transferência do estudante para o serviço especializado, desde que seja mantida sua matrícula formal no curso regular, pois o art. 59, inciso III, da LDB exige apenas professores com especialização adequada para o atendimento especializado, não sendo obrigatória a convivência em classes comuns no ensino superior.
- E) Recomendar que o estudante seja orientado a buscar outra instituição de ensino superior com melhor estrutura de atendimento especializado, pois a LDB não prevê obrigatoriedade de adaptações para estudantes com TEA no ensino superior, restringindo-se à educação básica conforme o §3º do art. 58.

QUESTÃO 12

Uma universidade pública estadual está elaborando seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e a comissão responsável pela redação do capítulo sobre acessibilidade e inclusão apresentou uma proposta que contempla as seguintes ações:

- 1ª criação de um cadastro institucional de estudantes com deficiência, TGD e altas habilidades/superdotação;
- 2ª previsão de compra de recursos de tecnologia assistiva;
- 3ª oferta de cursos de capacitação para docentes sobre práticas inclusivas;
- 4ª celebração de convênios exclusivos com instituições privadas especializadas para atendimento dos estudantes com deficiência, retirando-os progressivamente das classes regulares.

Uma professora de Educação Especial foi convidada a analisar a compatibilidade dessas ações com as disposições da LDB. Considerando os arts. 59 e 60 da Lei nº 9.394/1996, assinale a análise correta sobre a quarta ação e o procedimento adequado.

- A) A quarta ação está correta, pois o art. 60 da LDB autoriza o apoio técnico e financeiro do Poder Público às instituições privadas especializadas sem fins lucrativos, permitindo que essas instituições assumam integralmente a escolarização dos estudantes com deficiência, desde que em convênio com o poder público.
- B) A quarta ação é parcialmente correta, pois o inciso III do art. 59 exige professores com especialização adequada em nível médio ou superior para o atendimento especializado, o que justifica a transferência progressiva dos estudantes para as instituições especializadas, que possuem esse quadro profissional.
- C) A quarta ação está incorreta, pois contraria o parágrafo único do art. 60, que estabelece como alternativa preferencial a ampliação do atendimento na própria rede pública regular de ensino, e também viola o disposto no art. 59, que assegura currículos e métodos específicos para atender às necessidades dos educandos dentro dos sistemas de ensino, não sendo admissível a retirada progressiva dos estudantes das classes regulares como regra geral.
- D) A quarta ação está correta para estudantes com deficiências mais severas, pois o §2º do art. 58 da LDB determina que o atendimento deve ser feito em classes, escolas ou serviços especializados sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a integração nas classes comuns, cabendo à universidade definir previamente quais deficiências justificam essa medida.
- E) A quarta ação é inconstitucional apenas para o caso de altas habilidades ou superdotação, pois o art. 59-A da LDB exige cadastro nacional específico para esse alunado, não se aplicando a retirada das classes regulares para os demais públicos da educação especial, que podem ser atendidos exclusivamente em instituições privadas conveniadas.

QUESTÃO 13

Uma universidade pública federal está reformulando seu programa de inclusão e acessibilidade para atender às novas diretrizes da educação bilíngue de surdos. Durante uma reunião do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão, são apresentadas as seguintes situações para análise técnica:

Situação 1: Uma estudante surda sinalizante, ingressante no curso de Pedagogia, solicitou matrícula em turmas regulares, mas requereu a presença de intérprete de Libras nas aulas e material didático adaptado em Libras, além de avaliações em sua primeira língua.

Situação 2: Um estudante surdo oralizado, que utiliza implante coclear e não domina Libras, ingressou no curso de Direito e solicitou legendagem em tempo real nas aulas e acesso a tecnologias assistivas para comunicação oral.

Situação 3: A coordenação pedagógica propôs a criação de uma “sala especial” para agrupar todos os estudantes surdos da universidade, independentemente de sua opção linguística, com um único professor bilíngue para atendê-los, evitando a “complexidade” de adaptar as salas regulares.

Situação 4: Um aluno surdo, aprovado no processo seletivo por meio da reserva de vagas para pessoas com deficiência e já submetido, nessa fase, à avaliação biopsicossocial que confirma sua condição de PcD para efeito da cota, matriculou-se no curso de Licenciatura em Matemática e solicitou a presença de intérprete de Libras nas aulas, nas avaliações e na banca de defesa do seu trabalho de conclusão de curso. O professor de Educação Especial, ao analisar as quatro situações à luz dos arts. 60-A e 60-B da LDB, incluídos pela Lei nº 14.191/2021, e da Lei nº 13.146/2015, deverá emitir parecer técnico.

Considerando as situações apresentadas e os dispositivos legais indicados, assinale a alternativa que apresenta análise juridicamente correta.

- A) Na Situação 3, a criação de uma “sala especial” para todos os estudantes surdos está parcialmente correta, pois a LDB prevê a educação bilíngue de surdos em escolas bilíngues, classes bilíngues ou polos de educação bilíngue, não havendo obrigatoriedade de manutenção desses estudantes em classes regulares quando a instituição optar por agrupá-los.
- B) Na Situação 2, o pedido do estudante surdo oralizado deve ser indeferido, pois a LDB define a educação bilíngue de surdos como aquela oferecida exclusivamente em Libras como primeira língua e português escrito como segunda, não contemplando a comunicação oral ou o uso de tecnologias assistivas, que são garantidas apenas aos alunos com deficiência física.
- C) Na Situação 1, a estudante surda sinalizante tem direito ao atendimento educacional especializado bilíngue e à presença de intérprete de Libras nas aulas, mas a universidade pode condicionar esse atendimento à formação de uma turma exclusiva de surdos, pois os materiais didáticos em Libras são de responsabilidade da estudante.
- D) Na Situação 4, a solicitação do aluno surdo de intérprete de Libras nas aulas, nas avaliações e na banca de TCC deve ser integralmente atendida. A LDB assegura atendimento educacional especializado bilíngue ao longo de toda a trajetória escolar, incluindo o ensino superior, sendo imposto aos sistemas de ensino o dever de fornecer professores bilíngues e materiais didáticos adequados aos educandos surdos.
- E) Na Situação 3, a proposta da coordenação pedagógica está parcialmente correta, pois permite a criação de polos de educação bilíngue de surdos, podendo a universidade, por sua autonomia didático-científica, definir quais estudantes serão encaminhados para esses polos independentemente da opção do estudante ou de seus responsáveis, desde que haja um professor bilíngue disponível.

QUESTÃO 14

Analisar as afirmativas a seguir sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/1996.

- I. É dever do poder público assegurar que todas as escolas públicas de educação básica, respeitadas as especificidades de cada etapa e modalidade, contenham número adequado de educandos por turma, bem como biblioteca, laboratórios de ciências e de informática devidamente equipados, acesso à internet, quadra poliesportiva coberta, cozinha, refeitório, banheiros, instalações com adequadas condições de acessibilidade, acesso à energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos.
- II. No caso de empate no processo seletivo, as instituições públicas de ensino superior darão prioridade de matrícula ao candidato que comprove ter renda familiar inferior a dez salários mínimos, ou ao de menor renda familiar, quando mais de um candidato preencher o critério inicial.
- III. O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de educação digital, assegurando a conectividade de todas as instituições públicas de educação básica e superior à internet em alta velocidade, adequada ao uso pedagógico, com o desenvolvimento de competências voltadas ao letramento digital de jovens e adultos, à criação de conteúdos digitais, à comunicação e colaboração, à segurança e à resolução de problemas.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- A) I, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) II, apenas.
- D) III, apenas.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 15

Considerando as disposições da Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), introduzidas pela Lei nº 14.191/2021 acerca da educação bilíngue de surdos, assinale a alternativa correta.

- A) A educação bilíngue de surdos é definida como a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Portuguesa oral, como primeira língua, e em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como segunda língua, em escolas especiais para surdos.
- B) A oferta da educação bilíngue de surdos terá início ao zero ano, na educação infantil, e se estenderá ao longo da vida, havendo, quando necessário, serviços de apoio educacional especializado, como o AEE bilíngue.
- C) Os sistemas de ensino poderão disponibilizar materiais didáticos bilíngues e professores bilíngues, mas essas medidas possuem caráter facultativo e dependem da disponibilidade administrativa de cada rede.
- D) A educação bilíngue de surdos, por ser uma modalidade especializada, substitui o direito de matrícula dos estudantes surdos em escolas e classes regulares, devendo o estudante ou seus responsáveis optar pela escola bilíngue de surdos.
- E) Os programas integrados de ensino e pesquisa para a oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos estudantes surdos serão planejados pela União, com a participação facultativa das comunidades surdas, e terão como objetivo a recuperação de memórias históricas dos surdos.

QUESTÃO 16

Uma estudante com deficiência intelectual, matriculada no 5º ano do Ensino Fundamental de uma escola da rede regular, necessita de Atendimento Educacional Especializado (AEE). A família reside em um bairro periférico, a oferta disponível de AEE ocorre em uma escola localizada na região central, de difícil acesso para a família. Diante dos direitos assegurados pelo ECA, a conduta do Poder Público deve ser:

- A) Assegurar o Atendimento Educacional Especializado em uma escola regular, mesmo que distante da residência da aluna, pois a existência do serviço em qualquer ponto do município já cumpre a determinação legal.
- B) Encaminhar a aluna para uma escola especial filantrópica, pois o ECA determina que o atendimento especializado deve ser oferecido em instituições para pessoas com deficiência, onde a socialização é mais controlada.
- C) Garantir o Atendimento Educacional Especializado à estudante, preferencialmente na rede regular de ensino, adotando as providências necessárias para assegurar seu efetivo acesso ao atendimento, consideradas as condições de deslocamento e o direito de acesso e permanência na escola.
- D) Dispensar a oferta do Atendimento Educacional Especializado, uma vez que a aluna já está matriculada na sala comum da escola regular, o que atende ao princípio da inclusão educacional.
- E) Exigir que a família custeie o transporte até a sala de recursos multifuncionais central, pois o dever do Estado de ofertar programas suplementares de transporte restringe-se ao deslocamento de casa até a escola de matrícula regular.

QUESTÃO 17

Em uma escola municipal, o professor de Educação Física flagra um estudante com autismo de 11 anos sendo reiteradamente submetido a agressões físicas por parte de dois colegas de classe, com a convivência de um monitor de recreio. Segundo o ECA e a legislação educacional de proteção à criança e ao adolescente, indique quais são as providências adequadas a serem adotadas pela direção da escola.

- A) Aplicar uma advertência aos agressores e trocar o monitor de função e deixar de comunicar o caso ao Conselho Tutelar, sob o fundamento de que a escola já tomou as medidas pedagógicas internas para encerrar o caso.
- B) Comunicar obrigatoriamente o Conselho Tutelar sobre os maus-tratos, sem prejuízo das medidas pedagógicas e disciplinares cabíveis no âmbito escolar, e instaurar medidas de conscientização para prevenção e enfrentamento da violência.
- C) Registrar o caso apenas se houver lesões corporais graves, pois a notificação ao Conselho Tutelar é obrigatória somente quando configurado ato infracional grave com risco à vida do aluno.
- D) Comunicar o Conselho Tutelar apenas em caso de reiteração de faltas injustificadas, mas não sobre os maus-tratos, pois o ECA determina que conflitos entre estudantes devem ser resolvidos pelos educadores no ambiente da sala de aula.
- E) Manter o monitor no cargo por estabilidade funcional, transferir o estudante com autismo para outra turma a fim de protegê-lo e não exigir certidão de antecedentes criminais, pois se trata de uma escola pública que não recebe recursos privados.

QUESTÃO 18

Analise as afirmativas a seguir sobre a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva.

- I. A educação especial constitui modalidade transversal, sendo ofertada para apoiar, complementar e suplementar o processo de escolarização dos estudantes.
- II. Um estudante com altas habilidades ou superdotação não pode ser considerado público da educação especial, pois não possui uma deficiência.
- III. A inclusão do estudante público da educação especial em classe comum poderá ser condicionada à avaliação prévia da equipe pedagógica quanto à existência de recursos e apoios suficientes para atender às suas necessidades educacionais específicas.

Está correto o que se afirma em:

- A) I, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) III, apenas.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 19

A professora Marina atua em uma escola de ensino fundamental que acabou de receber um estudante com TEA, matriculado no 3º ano. Durante a reunião de planejamento, a coordenadora pedagógica argumenta que, caso o estudante necessite de profissional de apoio escolar, que o aluno seja encaminhado para uma sala separada, pois a escola não possui profissionais de apoio escolar.

Com base na Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, qual deve ser a orientação correta dada pela professora Marina?

- A) Concordar com a coordenadora, pois a ausência de profissional de apoio impede a permanência do estudante em classe comum, sendo a sala separada a alternativa legal.
- B) Discordar da coordenadora e orientar que o aluno deve ser matriculado e permanecer em classe comum, cabendo ao sistema educacional se reorganizar para fornecer os recursos e serviços de apoio necessários à sua participação e aprendizagem.
- C) Solicitar que a família aguarde em casa até que a Secretaria de Educação contrate um profissional de apoio escolar, pois o direito à educação inclusiva só pode ser exercido quando houver estrutura física e humana completa disponível na unidade escolar.
- D) Manter provisoriamente o aluno em atendimento educacional separado, até que a equipe pedagógica conclua a avaliação de suas necessidades de apoio, passando a frequentar a classe comum somente após a disponibilização dos recursos indicados.
- E) Permanecer com o estudante na classe comum, porém sem adaptação pedagógica, pois a Política determina que todos devem ser tratados com absoluta igualdade, vedando qualquer forma de suplementação ou complementação de recursos.

QUESTÃO 20

A diretora de uma escola recebe memorando da Secretaria de Educação informando que, devido à escassez de recursos, será encerrada a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na unidade escolar, sob o argumento de que a inclusão dos estudantes nas classes comuns torna desnecessária a manutenção desse atendimento. Ela convoca a professora de educação especial para opinar, com base nos princípios, nas diretrizes e nos objetivos da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva. A professora deve argumentar que:

- A) O fechamento é válido, pois a inclusão total preconiza que todos os alunos estejam no mesmo espaço, tornando desnecessário a oferta do Atendimento Educacional Especializado.
- B) O fechamento é válido, pois o princípio da equidade determina que os recursos financeiros sejam direcionados prioritariamente à aquisição de material didático para a maioria dos alunos.
- C) O fechamento é inválido, pois a consolidação do trabalho intersetorial e o combate ao capacitismo exigem a permanência do AEE, embora sejam um direito, representam uma ferramenta de segregação.
- D) A medida é incompatível com a Política, pois a inclusão em classe comum não elimina a garantia do Atendimento Educacional Especializado, cuja oferta deve ser assegurada em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, em consonância com os princípios da igualdade de oportunidades e da equidade.
- E) O fechamento é válido, pois o Atendimento Educacional Especializado é um serviço a ser prestado em instituições de saúde especializadas, não cabendo à escola arcar com esse tipo de atendimento.

QUESTÃO 21

A professora de educação especial foi designada para atuar em uma escola de ensino médio que passará a receber, no próximo ano letivo, estudantes públicos da educação especial, incluindo alunos com deficiência intelectual, autismo e altas habilidades/superdotação. Durante a semana de planejamento pedagógico, a equipe gestora apresenta as seguintes propostas de organização para o atendimento desses estudantes.

Com base nas disposições da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, assinale a proposta que está em conformidade com a Política.

- A) Dispensar os estudantes com deficiência intelectual da realização das avaliações formais da escola, substituindo-as por relatórios descritivos sem relação com os critérios curriculares adotados para os demais alunos, como forma de adaptação razoável.
- B) Priorizar a oferta do AEE aos estudantes com deficiência intelectual e autismo, destinando aos estudantes com altas habilidades ou superdotação apenas atividades de enriquecimento curricular realizadas em sala comum, sem matrícula no AEE.
- C) Organizar a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), assegurar adaptações razoáveis nos instrumentos avaliativos, de acordo com as necessidades individuais dos estudantes, e planejar ações de formação continuada para os profissionais da educação da escola.
- D) Encaminhar os estudantes com deficiência para uma instituição privada especializada conveniada, terceirizando integralmente a responsabilidade educacional, uma vez que o Art. 4º-A autoriza parcerias para a oferta da modalidade.
- E) Restringir o acesso de estudantes com altas habilidades/superdotação ao Atendimento Educacional Especializado, pois o art. 4º da Política prevê programas de suplementação para estudantes com deficiência e autismo, não para aqueles com altas habilidades.

QUESTÃO 22

Analise as afirmativas a seguir acerca do Atendimento Educacional Especializado (AEE), nos termos da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, e assinale V para as verdadeiras e F para as falsas.

- () O AEE possui caráter pedagógico, sendo complementar à escolarização de estudantes com deficiência e transtorno do espectro autista, e suplementar à escolarização de estudantes com altas habilidades ou superdotação.
- () A matrícula do estudante no AEE poderá substituir a matrícula na classe comum nos casos em que a deficiência for de natureza grave e comprometer significativamente a socialização do aluno.
- () Nas instituições federais de educação superior, o AEE deverá ser organizado diretamente pelas unidades acadêmicas responsáveis pelos cursos em que estejam matriculados os estudantes público da educação especial, independentemente da atuação dos núcleos de acessibilidade.
- () O AEE na educação básica poderá, excepcionalmente, ser realizado em Centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública de ensino ou de instituições sem fins lucrativos conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- A) V F V F
- B) F V F V
- C) V F V V
- D) F V V F
- E) V F F V

QUESTÃO 23

Analise as afirmativas a seguir sobre o estudo de caso que está descrito na Política Nacional de Educação Especial Inclusiva.

- I. O resultado do estudo fundamentará o Plano de Atendimento Educacional Especializado – PAEE.
- II. A garantia da oferta do AEE ao estudante está condicionada à exigência de diagnóstico, laudo, relatório ou qualquer outro documento emitido por profissional de saúde.
- III. O estudo de caso é composto pelas etapas de identificação inicial das demandas individuais e barreiras; análise das barreiras e do contexto escolar; identificação das potencialidades e das demandas de apoio ao estudante; e, definição de estratégias e recursos de acessibilidade para eliminação de barreiras.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) III, apenas.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 24

Considerando o disposto na Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, instituída pelo Decreto nº 12.686/2025, com as alterações promovidas pelo Decreto nº 12.773/2025, acerca dos documentos individualizados de natureza pedagógica (PAEE e PEI), assinale a alternativa incorreta.

- A) A elaboração de documento individualizado de natureza pedagógica, como o PAEE e o PEI, é obrigatória, com atualização contínua, e deve derivar do estudo de caso do estudante.
- B) A institucionalização do PAEE e do PEI compõe o projeto político-pedagógico do estabelecimento de ensino, integrando-se à organização escolar como um todo.
- C) O PAEE e o PEI têm a finalidade de orientar o trabalho desenvolvido no âmbito do Atendimento Educacional Especializado (AEE), não abrangendo o trabalho em sala de aula comum.
- D) A instituição de ensino deverá prover parecer pedagógico que autorize a utilização de dispositivos digitais portáteis como instrumento de tecnologia assistiva no processo de aprendizagem, comunicação ou socialização.
- E) A coleta, o tratamento, o armazenamento e o compartilhamento de dados pessoais e sensíveis de estudantes público-alvo da educação especial devem observar os princípios e os fundamentos previstos na Lei nº 13.709/2018, com atenção especial ao disposto em seu art. 14.

QUESTÃO 25

Considerando as disposições da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, correlacione os profissionais da COLUNA I às respectivas exigências formativas e atribuições apresentadas na COLUNA II.

COLUNA I

- 1. Professor do AEE
- 2. Profissional de Apoio Escolar

COLUNA II

- () Formação inicial de, no mínimo, nível médio.
- () Formação continuada para a educação especial inclusiva, com carga horária mínima de 360 horas.
- () Atuar na locomoção, no acesso e na participação dos estudantes em todos os espaços e atividades pedagógicas.
- () Formação inicial que o habilite ao exercício da docência.
- () Atuar na higiene e na alimentação, respeitando o corpo, a privacidade, o tempo e as escolhas dos estudantes.

A sequência correta de preenchimento, de cima para baixo, é:

- A) 1 1 2 1 2
- B) 2 1 2 1 2
- C) 2 2 1 2 1
- D) 1 2 1 2 2
- E) 2 1 1 1 2

QUESTÃO 26

Analise os seguintes objetivos.

- I. Expandir e consolidar a formação continuada em serviço dos profissionais de educação das redes públicas e particulares de ensino.
- II. Efetivar a articulação intersetorial para promover atenção integral aos estudantes que são o público da educação especial.
- III. Fortalecer os serviços educacionais de apoio técnico e a produção de materiais acessíveis para a educação especial inclusiva.
- IV. Produzir e difundir conhecimento sobre a educação digital escolar.

São objetivos da Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva:

- A) I, II e IV, apenas.
- B) II e IV, apenas.
- C) I e IV, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I e II, apenas.

QUESTÃO 27

A Secretaria Municipal de Educação de um município está elaborando seu plano de ação para implementar a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e precisa identificar as formas de apoio da União previstas na legislação. Considerando o Decreto nº 12.686/2025, com as alterações promovidas pelo Decreto nº 12.773/2025, assinale a alternativa correta.

- A) A União poderá realizar repasse de recursos financeiros por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e do Plano de Ações Articuladas (PAR), além de promover ações de formação continuada aos profissionais da educação em regime de colaboração com as redes educacionais.
- B) A União poderá substituir a responsabilidade dos municípios pela oferta do Atendimento Educacional Especializado, assumindo diretamente a gestão das salas de recursos multifuncionais das escolas municipais, sem necessidade de adesão das redes locais.
- C) A União poderá repassar recursos para a construção de escolas especiais, vedada a destinação de verbas para a estruturação de espaços inclusivos em escolas comuns, conforme a lógica da proteção integral.
- D) A União poderá condicionar o repasse de recursos do FUNDEB à apresentação de laudos médicos dos estudantes com deficiência matriculados, como forma de fiscalização do uso adequado das verbas destinadas à educação especial.
- E) A União poderá adquirir materiais didáticos em formatos acessíveis e distribuí-los às redes de ensino por meio do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), ficando vedada, no entanto, a produção e distribuição de recursos de acessibilidade educacional, que são de competência dos municípios.

QUESTÃO 28

Analise as afirmativas a seguir sobre a Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146/2015).

- I. Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, sendo indispensável, para sua caracterização legal, a apresentação de laudo médico emitido por especialista.
- II. A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, considerando os impedimentos nas funções e estruturas do corpo, os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais, a limitação no desempenho de atividades e a restrição de participação.
- III. O cordão de fita com desenhos de girassóis constitui símbolo nacional de identificação das pessoas com deficiências ocultas e, quando utilizado, dispensa a apresentação de documento comprobatório da deficiência perante autoridade competente.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) III, apenas.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 29

Analise as afirmativas a seguir à luz das disposições sobre igualdade e não discriminação previstas na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

- I. Uma estudante com síndrome de Down comunica à professora que deseja ter filhos no futuro. A professora informa-lhe que pessoas com deficiência intelectual são proibidas por lei de exercer direitos sexuais e reprodutivos, bem como de decidir sobre o número de filhos, como forma de proteção à sua integridade.
- II. Um estudante com autismo é vítima de chacotas e apelidos depreciativos por parte de colegas, com a convivência silenciosa de alguns professores. Uma professora da turma presencia os fatos e decide comunicar formalmente à direção da escola e ao Conselho Tutelar, entendendo ser seu dever comunicar qualquer forma de ameaça ou violação aos direitos da pessoa com deficiência.
- III. Uma estudante com deficiência intelectual de 18 anos comunica à professora que deseja casar-se. A professora explica-lhe que, em razão de sua deficiência intelectual, ela não possui capacidade civil para contrair casamento.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) III, apenas.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 30

Relacione os conceitos da COLUNA I com as respectivas definições legais, de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146/2015) na COLUNA II.

COLUNA I

1. Acessibilidade
2. Desenho universal
3. Tecnologia assistiva
4. Barreiras atitudinais
5. Adaptações razoáveis

COLUNA II

- () Concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva.
- () Produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.
- () Entraves, obstáculos ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas.
- () Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação.
- () Adaptações, modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional e indevido, quando requeridos em cada caso.

Assinale a sequência correta.

- A) 1 3 4 2 5
- B) 2 3 4 1 5
- C) 2 3 5 1 4
- D) 3 2 4 1 5
- E) 2 4 3 1 5

QUESTÃO 31

Analise as afirmativas a seguir à luz das disposições sobre o direito à vida previstas na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

- I. Uma universidade pública pretende realizar uma pesquisa científica com um grupo de pessoas com deficiência intelectual. A pesquisa é aprovada pelo comitê de ética e será realizada em caráter excepcional, pois há indícios de benefício direto para a saúde dos participantes e para a saúde de outras pessoas com deficiência. Antes do início, os pesquisadores asseguram a participação dos curatelados no maior grau possível para a obtenção do consentimento.
- II. Um estudante com deficiência é submetido a uma avaliação clínica na escola, conduzida por um profissional de saúde convidado, sem que tenha sido informado sobre o procedimento, seus riscos e finalidades. A equipe entende que o consentimento é desnecessário quando se trata de atividades realizadas no ambiente escolar com finalidade pedagógica.
- III. Uma estudante com deficiência física é orientada pela equipe pedagógica a participar de um programa de reabilitação motora em uma instituição especializada. Mesmo sem o seu consentimento prévio, livre e esclarecido, a escola a encaminha para a instituição, alegando que se trata de uma medida educativa e benéfica para o seu desenvolvimento.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) III, apenas.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 32

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), acerca das incumbências do poder público na área da educação, é correto afirmar:

- A) A oferta de educação bilíngue em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua é uma faculdade das redes de ensino podendo ser substituída por atendimentos em salas de recursos multifuncionais.
- B) A elaboração do plano de atendimento educacional especializado e a organização de recursos e serviços de acessibilidade são de responsabilidade da família do estudante com deficiência.
- C) O poder público deve assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar o sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida.
- D) A participação dos estudantes com deficiência e de suas famílias nas diversas instâncias de atuação da comunidade escolar é opcional, ficando a critério da gestão escolar autorizá-la.
- E) A oferta de profissionais de apoio escolar e de tradutores e intérpretes da Libras é obrigatória apenas nas instituições públicas de ensino, sendo facultativa nas instituições privadas.

QUESTÃO 33

Considerando o disposto na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), acerca da disponibilização de tradutores e intérpretes da Libras e do direito à educação da pessoa com deficiência, assinale a alternativa correta.

- A) Os tradutores e intérpretes da Libras atuantes na educação básica devem, no mínimo, possuir ensino superior completo e certificado de proficiência na Libras.
- B) Os tradutores e intérpretes da Libras, quando atuantes nos cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras.
- C) O direito da pessoa com deficiência à educação assegura o acesso à educação básica, não abrangendo o aprendizado ao longo de toda a vida.
- D) É dever do Estado assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, estando a família, a comunidade escolar e a sociedade isentas de responsabilidade.
- E) A educação constitui direito da pessoa com deficiência, devendo o sistema educacional inclusivo ser garantido nos níveis de ensino fundamental e médio.

QUESTÃO 34

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), acerca das medidas a serem adotadas nos processos seletivos para ingresso e permanência nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, públicas e privadas, assinale a alternativa correta.

- A) A dilação de tempo para realização de exames de seleção e atividades acadêmicas é um direito da pessoa com deficiência, mas somente será concedida mediante prévia solicitação, não sendo necessária a comprovação da necessidade, bastando a autodeclaração do candidato.
- B) A disponibilização de provas em formatos acessíveis é obrigatória apenas quando houver mais de um candidato com deficiência inscrito para o mesmo curso, evitando-se custos desproporcionais para a instituição de ensino.
- C) A tradução completa do edital e de suas retificações em Libras é uma medida obrigatória, devendo ser garantida pelas instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, públicas e privadas.
- D) Os critérios de avaliação das provas escritas, discursivas ou de redação devem ser uniformes para todos os candidatos, não podendo haver qualquer tipo de diferenciação, ainda que motivada pela singularidade linguística da pessoa com deficiência.
- E) A escolha dos recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva a serem disponibilizados ao candidato com deficiência compete à instituição de ensino, que definirá tecnicamente os recursos mais adequados.

QUESTÃO 35

Considerando as disposições da Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência) relativas ao direito ao trabalho da pessoa com deficiência, assinale a alternativa correta.

- A) A pessoa com deficiência tem direito ao trabalho de sua livre escolha e aceitação, em ambiente acessível e inclusivo, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, sendo permitida a exigência de aptidão plena nas etapas de seleção, quando a função assim o exigir.
- B) As pessoas jurídicas de direito público, privado ou de qualquer natureza são obrigadas a garantir ambientes de trabalho acessíveis e inclusivos, cabendo ao trabalhador com deficiência arcar com os custos das adaptações necessárias ao exercício de suas funções.
- C) A pessoa com deficiência tem direito à participação e ao acesso a cursos, treinamentos, educação continuada, planos de carreira, promoções, bonificações e incentivos profissionais oferecidos pelo empregador, porém tal direito fica condicionado à inexistência de custos adicionais para o empregador.
- D) Os programas de estímulo ao empreendedorismo e ao trabalho autônomo, incluídos o cooperativismo e o associativismo, devem prever a participação da pessoa com deficiência, sendo vedada a disponibilização de linhas de crédito específicas para esse público, em respeito ao princípio da igualdade formal.
- E) É vedada restrição ao trabalho da pessoa com deficiência e qualquer discriminação em razão de sua condição, inclusive nas etapas de recrutamento, seleção, contratação, admissão, exames admissional e periódico, permanência no emprego, ascensão profissional e reabilitação profissional.

QUESTÃO 36

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), no que se refere à habilitação profissional e à reabilitação profissional da pessoa com deficiência, assinale a alternativa correta.

- A) A habilitação profissional corresponde ao processo destinado a propiciar à pessoa com deficiência a restauração de capacidades físicas, não abrangendo a aquisição de novas capacidades e habilidades de trabalho.
- B) Os serviços de habilitação profissional, de reabilitação profissional e de educação profissional devem ser dotados de recursos necessários para atender a toda pessoa com deficiência, independentemente de sua característica específica.
- C) A definição do programa de habilitação ou de reabilitação profissional compete ao empregador, que decidirá com base em critérios de produtividade e aptidão física do trabalhador com deficiência.
- D) A habilitação profissional e a reabilitação profissional devem ocorrer de forma isolada, sem articulação com as redes públicas e privadas de saúde, de ensino e de assistência social, visando à especialização técnica e à formação para o trabalho.
- E) Os serviços de habilitação profissional, de reabilitação profissional e de educação profissional poderão ser oferecidos em ambientes segregados, desde que tecnicamente adequados às necessidades da pessoa com deficiência.

QUESTÃO 37

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), no que se refere à reserva de espaços e assentos para a pessoa com deficiência em teatros, cinemas, auditórios, estádios, ginásios de esporte, locais de espetáculos e de conferências e similares, assinale a alternativa correta.

- A) Os espaços e assentos reservados à pessoa com deficiência devem ser concentrados em um setor do recinto, de modo a facilitar a evacuação em caso de emergência e evitar a dispersão do público.
- B) No caso de não haver comprovada procura pelos assentos reservados, esses podem, excepcionalmente, ser ocupados por pessoas sem deficiência ou que não tenham mobilidade reduzida, observado o disposto em regulamento.
- C) Os espaços e assentos reservados devem situar-se em locais que garantam a acomodação de, no mínimo, 2 (dois) acompanhantes da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, resguardado o direito de se acomodar proximoamente a grupo familiar e comunitário.
- D) O valor do ingresso da pessoa com deficiência poderá ser superior ao valor cobrado das demais pessoas quando houver necessidade de disponibilização de recursos de acessibilidade adicionais, como legendagem ou audiodescrição.
- E) Nos locais referidos no caput do art. 44, as rotas de fuga e saídas de emergência acessíveis são obrigatórias quando a capacidade de lotação da edificação for superior a 500 (quinhentas) pessoas.

QUESTÃO 38

No âmbito de uma universidade pública, a Pró-Reitoria de Graduação decide reformar o edifício da Faculdade de Educação para instalar um novo laboratório de tecnologia assistiva. Paralelamente, o Departamento de Licitações da instituição abre processo para concessão de uma lanchonete no campus, e a Diretoria de Projetos encaminha à agência de fomento estadual pedido de financiamento para uma linha de pesquisa sobre educação inclusiva.

Considerando a sistemática normativa da acessibilidade na Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), assinale a alternativa que apresenta a análise correta e coerente.

- A) A aprovação do projeto arquitetônico da reforma do edifício da Faculdade de Educação dispensa a certificação das regras de acessibilidade, pois a edificação pública já existente é regida pela regra da adaptação razoável, que se sobrepõe ao desenho universal nesses casos.
- B) A concessão da lanchonete no campus universitário não se sujeita ao cumprimento das normas de acessibilidade, uma vez que a outorga de concessão, permissão, autorização ou habilitação está submetida à legislação de licitações e contratos, não havendo interação com a matéria regulada pela Lei nº 13.146/2015.
- C) A linha de pesquisa sobre educação inclusiva encaminhada à agência de fomento estadual não precisa, obrigatoriamente, incluir temas voltados ao desenho universal, pois a determinação do §4º do art. 55 aplica-se aos projetos desenvolvidos com apoio de órgãos federais de fomento à pesquisa, e o pedido aqui se refere a uma agência estadual.
- D) A reforma do edifício da Faculdade de Educação deve ser executada de modo a torná-lo acessível, observando-se a regra do desenho universal e, somente quando esta não puder ser empreendida, será adotada adaptação razoável, cumprindo à universidade, após certificada a acessibilidade da edificação ou de seus serviços, providenciar a colocação do símbolo internacional de acesso em locais de ampla visibilidade.
- E) A concessão da lanchonete no campus está condicionada à certificação das regras de acessibilidade quando se tratar de edificação nova, pois o §1º do art. 60 estabelece que a renovação de alvará de funcionamento dispensa a observância das regras de acessibilidade para atividades em prédios públicos já existentes.

QUESTÃO 39

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) estabelece garantias de acessibilidade à informação, à comunicação e à produção e difusão do conhecimento. Considerando as disposições da referida Lei, assinale a alternativa correta.

- A) A obrigatoriedade de acessibilidade nos sítios da internet aplica-se a órgãos de governo federal, sendo facultativa para demais empresas com sede no país, desde que estas disponibilizem um canal de atendimento telefônico para pessoas com deficiência.
- B) Ao tratar da acessibilidade em livros, a legislação restringe a obrigatoriedade de formatos acessíveis às publicações da administração pública direta, excluindo as obras financiadas com recursos públicos, uma vez que estas são de natureza privada.
- C) A exigência de janela com intérprete da Libras e audiodescrição para serviços de radiodifusão não se estende aos eventos científico-culturais promovidos por instituições privadas, sendo aplicável somente àqueles financiados pelo poder público.
- D) Ao tratar da informação ao consumidor com deficiência, a legislação determina que a disponibilização de materiais em formato acessível (como bulas e prospectos) é obrigatória para produtos comercializados em ambiente virtual, ficando os canais físicos isentos dessa responsabilidade.
- E) Os programas, as linhas de pesquisa e os projetos desenvolvidos com o apoio de agências de financiamento e de órgãos e entidades da administração pública que atuem no auxílio à pesquisa devem contemplar temas voltados à tecnologia assistiva, cabendo também ao poder público promover a capacitação de tradutores e intérpretes da Libras e de profissionais habilitados em Braille e audiodescrição.

QUESTÃO 40

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) estabelece medidas destinadas ao desenvolvimento, ao fomento e ao acesso à tecnologia assistiva. Considerando as disposições da referida Lei, assinale a alternativa correta.

- A) O plano específico de medidas deve ser renovado a cada 4 (quatro) anos, e seus procedimentos devem ser avaliados bianualmente; contudo, as linhas de crédito subsidiadas para aquisição de tecnologia assistiva são restritas a pessoas físicas com deficiência, não se estendendo a instituições ou organizações que as atendam.
- B) O fomento à pesquisa e ao desenvolvimento de tecnologia assistiva limita-se à criação de cursos de pós-graduação na área, não abrangendo a capacitação tecnológica de instituições privadas, uma vez que estas atuam no mercado e não integram a administração pública.
- C) A priorização pelo poder público, da geração de conhecimentos e técnicas voltados à prevenção e ao tratamento de deficiências exclui o desenvolvimento de tecnologias sociais, pois estas são consideradas de natureza não científica e, portanto, fora do escopo do fomento estatal.
- D) O estímulo à difusão de tecnologias voltadas para ampliar o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias da informação e comunicação abrange, entre outras medidas, a adoção de soluções e a difusão de normas que visem ampliar a acessibilidade a sítios da internet, incluindo os serviços de governo eletrônico.
- E) A avaliação periódica das medidas é uma faculdade do poder público, que pode realizá-la conforme a disponibilidade orçamentária, não constituindo obrigação legal sujeita a prazo ou periodicidade definida.

QUESTÃO 41

Analise as afirmativas a seguir sobre a Lei nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

- I. Os estabelecimentos públicos e privados poderão valer-se da fita quebra-cabeça, símbolo mundial da conscientização do transtorno do espectro autista, para identificar a prioridade devida às pessoas com transtorno do espectro autista.
- II. É considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada por deficiência transitória ou persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos, entre outros aspectos.
- III. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular terá direito a acompanhante especializado.

Está correto o que se afirma em:

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 42

Analise as afirmativas a seguir à luz dos princípios da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, instituída pelo Decreto nº 12.686/2025, com as alterações promovidas pelo Decreto nº 12.773/2025, e da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

- I. A garantia de acessibilidade e o incentivo ao desenvolvimento de tecnologias esgota-se na provisão de recursos de tecnologia assistiva de baixo custo, não abrangendo as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) ou as soluções baseadas em princípios de desenho universal, pois tais recursos não são considerados “tecnologias assistivas” pela legislação vigente.
- II. O princípio da consolidação do trabalho intersetorial impõe à secretaria municipal de educação a responsabilidade pela implementação das políticas inclusivas, eximindo as demais pastas (saúde, assistência social e cultura) de atuações conjuntas, sob pena de violação da autonomia administrativa municipal.
- III. A garantia da igualdade de oportunidades e condições para o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem, associada à promoção da equidade, exige que as instituições de ensino adotem medidas de acessibilidade e adaptações razoáveis, consideradas as necessidades individuais dos estudantes, com vistas à eliminação de barreiras que possam obstar sua participação plena e efetiva no processo educacional.

Está correto o que se afirma em:

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 43

O Decreto nº 12.686/2025 instituiu a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, tendo sido posteriormente alterado pelo Decreto nº 12.773/2025, que modificou e acrescentou dispositivos à Política. Considerando as diretrizes atualmente vigentes e sua aplicação à educação superior pública, analise as alternativas a seguir e assinale a correta.

- A) A transversalidade da educação especial implica que as ações e os serviços de educação especial devem estar presentes desde a educação infantil até o ensino superior, mas tal diretriz não se aplica à pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), uma vez que estes níveis não são mencionados expressamente na legislação educacional brasileira como modalidades de ensino sujeitas à obrigatoriedade de inclusão.
- B) As adaptações razoáveis e as tecnologias assistivas devem ser ofertadas de acordo com as necessidades individuais dos estudantes, mas a sua implementação no ensino superior está condicionada à disponibilidade orçamentária da universidade, podendo ser postergada ou mesmo suprimida em períodos de contenção de despesas, sem que isso configure violação ao direito à educação.
- C) O apoio técnico e financeiro do poder público às instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, autoriza a destinação de recursos públicos a essas entidades em substituição à oferta pública regular, desde que haja comprovada insuficiência de vagas na rede estadual ou municipal, nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- D) A oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve ocorrer preferencialmente nas escolas comuns da rede regular dos sistemas de ensino, sendo o AEE atividade pedagógica de caráter complementar à escolarização das pessoas com deficiência e com transtorno do espectro autista e suplementar à escolarização das pessoas com altas habilidades ou superdotação.
- E) A articulação intersetorial e a colaboração entre os entes federativos, embora formalmente reconhecidas, são diretrizes de aplicação restrita à educação básica, uma vez que o ensino superior público é regido pelo princípio da autonomia universitária, consagrado no art. 207 da Constituição Federal, o qual afasta a ingerência de outros entes e setores nas decisões pedagógicas e administrativas das instituições federais de ensino.

QUESTÃO 44

Analise as afirmativas a seguir sobre os objetivos da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva:

- I. Assegurar o acesso, a participação, a permanência e a aprendizagem dos estudantes que são o público da educação especial nos estabelecimentos de ensino, em classes comuns.
- II. Fomentar a distorção idade-série relativa ao público da modalidade educação especial.
- III. Implementar programas e ações educacionais para apoiar ou complementar a formação dos estudantes com deficiência e estudantes autistas e suplementar a formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação nos diferentes níveis, etapas e modalidades educacionais.

Está correto o que se afirma em:

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 45

Relacione os profissionais da COLUNA I às respectivas características de sua atuação apresentadas na COLUNA II.

COLUNA I

- 1. Professor do atendimento educacional especializado
- 2. Profissional de apoio escolar

COLUNA II

- () Terá formação continuada para a educação especial inclusiva, com carga horária de, no mínimo, trezentas e sessenta horas.
- () Terá formação inicial que o habilite ao exercício da docência.
- () Atuará em todas as atividades escolares e deverá reportar-se à equipe pedagógica sempre que se fizer necessário.
- () Terá formação continuada, com carga horária de, no mínimo, cento e oitenta horas.

Assinale a sequência correta.

- A) 1 1 2 1
- B) 1 2 1 2
- C) 2 2 2 1
- D) 1 1 2 2
- E) 2 1 1 2

QUESTÃO 46

A Constituição Federal de 1988, em seu texto original e nas redações conferidas pelas emendas constitucionais, estabelece princípios, garantias e deveres do Estado em relação à educação. Considerando a Constituição, bem como a interação com a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), analise as afirmativas a seguir e assinale a alternativa correta.

- A) O atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, deve ocorrer “preferencialmente na rede regular de ensino”, o que significa que, uma vez oferecida a vaga na escola comum, o Estado fica desobrigado de prover qualquer atendimento complementar, pois a preferência legal se converte em exclusividade.
- B) A Constituição estabelece a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos, abrangendo, nessa faixa etária, a pré-escola, o ensino fundamental e o ensino médio, devendo o poder público assegurar essa obrigatoriedade também aos estudantes com deficiência, sem possibilidade de exclusão ou postergação de matrícula.
- C) O princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola deve ser interpretado em sua acepção formal, razão pela qual não impõe ao Estado a adoção de políticas de ação afirmativa ou de adaptações curriculares para estudantes com deficiência no ensino superior, sob pena de violação à isonomia.
- D) A garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um, autoriza as universidades públicas a estabelecerem critérios seletivos que excluam candidatos com deficiência que não atendam a padrões de desempenho considerados mínimos, independentemente da oferta de adaptações razoáveis no processo seletivo.
- E) A disposição constitucional que estabelece o acesso ao ensino obrigatório e gratuito como direito público subjetivo, aplica-se apenas ao ensino fundamental, não se estendendo à educação infantil (a partir dos 4 anos) nem ao ensino médio, uma vez que a redação original do dispositivo foi mantida inalterada pelas emendas.

QUESTÃO 47

A autonomia universitária, prevista no art. 207 da Constituição Federal, e o regime de colaboração entre os entes federativos na organização dos sistemas de ensino, previsto no art. 211, integram o regime constitucional da educação brasileira. Considerando a necessidade de implementação da educação inclusiva nas universidades públicas federais, em especial no que tange ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) e à eliminação de barreiras, analise as afirmativas a seguir e assinale a alternativa correta.

- A) A autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das universidades é absoluta e ilimitada, razão pela qual as instituições federais de educação superior não estão obrigadas a observar as diretrizes nacionais de educação especial, podendo definir autonomamente se ofertarão ou não o AEE aos estudantes com deficiência.
- B) O regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios abrange a necessidade de assegurar “a universalização, a qualidade e a equidade do ensino obrigatório”, mas essa colaboração não se estende ao ensino superior, que é de competência exclusiva da União, não se sujeitando, portanto, às diretrizes de equidade estabelecidas para a educação básica.
- C) A autonomia universitária, embora seja um princípio constitucional, não afasta a observância dos direitos fundamentais, das políticas públicas nacionais de educação inclusiva e das normas gerais de acessibilidade, de modo que as universidades federais devem implementar o AEE por meio de núcleos de acessibilidade e integrar a educação especial ao seu projeto político-pedagógico, sob pena de violação ao dever estatal de garantia do direito à educação.
- D) Na legislação, ao estabelecer que “a educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular”, entende-se que a educação superior pública não está submetida à mesma prioridade, podendo as universidades federais direcionar recursos e esforços prioritariamente para o ensino, a pesquisa e a extensão, em detrimento da oferta de ações afirmativas para pessoas com deficiência.
- E) A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, princípio a ser obedecido pelas universidades, é norma de eficácia contida, que depende de regulamentação infralegal para produzir efeitos, razão pela qual, na ausência de lei específica, as universidades podem optar por não integrar a extensão como componente obrigatório de suas atividades inclusivas.

QUESTÃO 48

Analise as afirmativas a seguir sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

- I. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.
- II. Os tradutores e intérpretes da Libras atuantes na educação básica, graduação e pós-graduação devem possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras.
- III. Incumbe ao poder público assegurar projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia.

Está correto o que se afirma em:

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 49

Analise as afirmativas a seguir sobre o direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer, previsto na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

- I. É vedada a recusa de oferta de obra intelectual em formato acessível à pessoa com deficiência, sob qualquer argumento, inclusive sob a alegação de proteção dos direitos de propriedade intelectual.
- II. O poder público deve promover a participação da pessoa com deficiência em atividades artísticas, intelectuais, culturais, esportivas e recreativas, com vistas ao seu protagonismo, devendo assegurar a participação da pessoa com deficiência em jogos e atividades recreativas, esportivas, de lazer, culturais e artísticas, inclusive no sistema escolar, em igualdade de condições com as demais pessoas.
- III. A pessoa com deficiência tem direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

Está correto o que se afirma em:

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 50

Analise as afirmativas a seguir sobre a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva.

- I. Faz parte dos princípios da Política a garantia de acessibilidade e o incentivo ao desenvolvimento de tecnologias que assegurem o direito à educação ao público da educação especial.
- II. O estudante com transtorno do espectro autista não é considerado pessoa com deficiência para fins da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva.
- III. É objetivo da Política assegurar as adaptações razoáveis, nos diferentes níveis, etapas e modalidades educacionais, consideradas suas políticas curriculares, avaliativas e de planejamento.

Está correto o que se afirma em:

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) I, II e III.

ESPAÇO PARA RASCUNHO



Segundo a Lei nº 9.610/1998, reproduções de natureza não pedagógicas das questões desta prova estão proibidas.